



MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

**CONTRATO CELEBRADO ENTRE
A FUNDAÇÃO NACIONAL DE
SAÚDE E A EMPRESA VISÃO
ADMINISTRAÇÃO E
CONSTRUÇÃO LTDA,
ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS NA ÁREA DE
LIMPEZA.**



CONTRATO Nº 27/2010

Processo nº: 25100.051.279/2009-39

A **Fundação Nacional de Saúde - Funasa**, entidade federal vinculada ao Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 26.989.350/0001-16, e a empresa **Visão Administração e Construção Ltda.**, situada à Rua 08, Lote 10 – Edifício São José – Térreo – Pólo de Moda – Guará II/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.708.458/0001-62, com inscrição estadual n.º 07.372.223/001-52, doravante, neste ato, denominadas **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, respectivamente, representadas, a primeira por seu Diretor do Departamento de Administração-Substituto, **VALTEIR LOPES PEREIRA**, RG n.º 1.454.318 – SSP/DF e CPF n.º 771.051.921-00, nomeado pela Portaria n.º 370, publicada no D.O.U. de 25 de fevereiro de 2009, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria n.º 43, de 5 de fevereiro de 2003, do Senhor Presidente da FUNASA e **JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA SILVA**, portador da Carteira de Identidade n.º 16.608, expedida pela OAB-DF, CPF n.º 097.459.711-20, no uso das atribuições que lhe confere a Cláusula Sexta do Contrato Social da empresa, registrado na Junta Comercial do Distrito Federal sob nº 20090808525, firmam este Contrato para Prestação de serviços de Limpeza, conservação e higienização, por intermédio do Pregão Eletrônico n.º 10/2010, do TIPO MENOR PREÇO, regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000, Decreto nº 3.784, de 6 de abril de 2001, Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, além da Instrução Normativa MARE-GM nº 5, de 21 de julho de 1995, republicada no Diário Oficial da União do dia 19 de abril de 1996, Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 539, de 25 de abril de 2005, Instrução Normativa MPOG nº 02/2008 com as inovações da In nº 03/2009, Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com suas alterações posteriores, Lei nº 9.968/98 e Decreto nº 2.271/97, diplomas normativos aos quais as partes se sujeitam e ainda, mediante as disposições expressas nas Cláusulas abaixo e respeitando o instrumento editalício e a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada, com pessoal próprio e qualificado, para execução dos serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de todo material de higiene e limpeza, EPI's e demais equipamentos, nas dependências da Casa de Apoio a

 
1

222

Saúde Indígena-Casai, localizada na Rodovia DF 250, km 8,5, Sobradinho dos Melos, no Distrito Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Este Contrato guarda consonância com as normas contidas na Lei nº 8.666/93, em sua versão atualizada, vinculando-se, ainda, ao Edital do Pregão Eletrônico nº 10/2010 e seus Anexos, ao Termo de Referência, à Proposta de Preços da contratada, à Nota de Empenho e demais documentos que compõem o Processo supramencionado que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da contratante, sem prejuízo das demais disposições inseridas no Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2010 e seus anexos:

I. A cada 06 (seis) meses, os Gestores da Contratante farão avaliação dos serviços da Contratada, sendo atribuída uma escala de 0 a 10 pontos, para os quesitos a seguir:

- a- Cumprimento de cláusulas contratuais;
- b- Qualidade;
- c- Pontualidade;
- d- Produtividade;
- e- Flexibilidade;
- f- Relacionamento

I.1. A média final dos quesitos deverá ser igual ou superior a 07 pontos. O não atendimento sujeitará a Contratada à rescisão contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada, além do fornecimento da mão-de-obra, dos saneantes domissanitários, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza dos prédios e demais atividades correlatas, obriga-se a:

- I. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. Proceder a limpeza diferenciada nas áreas consideradas hospitalares, com material específico para a área;
- III. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- IV. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- V. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;
- VI. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;
- VII. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, andaime de suspensão (jaú), etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;



- VIII. Implementar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
- IX. Nomear encarregado responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos permanecendo no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este encarregado terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- X. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- XI. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu encarregado;
- XII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- XIII. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas de execução dos serviços, em específico nas áreas hospitalares;
- XIV. Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, repondo o funcionário imediatamente (máximo de 02 horas), em caso de faltas, atestados, férias e outros;
- XV. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- XVI. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- XVII. Fornecer papel higiênico, branco dupla face, sabonete líquido, aroma erva doce, sem adicionamento de água e papel toalha branco, em qualidade e quantidades necessárias;
- XVIII. Fornecer papel protetor de assento sanitário em quantidade suficiente e de primeira qualidade;
- XIX. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- XX. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
- a- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
 - b- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - c- Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
 - d- Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução e desperdícios/poluição; e
 - e- Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

- XXI.** Fornecer CRONOGRAMA referente à execução dos serviços quinzenais, mensais, semestrais e anuais, com datas pré-determinadas;
- XXII.** Orientar e exigir de seus empregados a utilização dos equipamentos de segurança, sempre que os serviços a serem executados o exigirem;
- XXIII.** Observar e atender a todas as normas da FUNASA, instruções e ordens internas emanadas pelo preposto da mesma, além da legislação pertinente;
- XXIV.** A Contratada deverá comprovar, através de alvará de funcionamento, até 02 (dois) dias úteis da assinatura do Contrato, que possui Sede, escritório ou filial no Distrito Federal, com no mínimo 01 (uma) linha telefônica, (01) linha de fax, fornecendo à fiscalização da FUNASA os respectivos números.
- XXV.** Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos materiais, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.
- XXVI.** Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XXVII.** A contratada deve comprometer-se em não manter, no contrato, terceirizados que seja parentes, até o terceiro grau, de servidores da FUNASA. Para tanto, o terceirizado deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, que não tem parentes até o 3º grau, entre servidores da FUNASA.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer dessas ocorrências, com o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE e, ainda, desde que não afetem a execução dos serviços previstos no objeto contratual.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Quando ocorrer o consentimento por parte da contratante, previsto na subcláusula anterior, deverá ser comprovado que as empresas resultantes dessas operações atendem a todas as exigências de habilitação requeridas à época da realização da licitação.

CLÁUSULA QUINTA – LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços contratados serão prestados nas dependências da Casa de Apoio a Saúde Indígena-Casai, localizada na rodovia DF 250, km 8,5, Sobradinho dos Melos. - DF.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços o preço mensal de R\$ 80.833,33 (oitenta mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), perfazendo o valor global, anual, de R\$ 969.999,96 (novecentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Os preços ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na prestação dos serviços contratados.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Será permitida a repactuação do contrato, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação.



JR

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – A repactuação deverá ser precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, por meio da apresentação de planilha de custos e formação de preços, de forma a evidenciar os elementos utilizados na composição do preço constante do pedido de repactuação.

SUBCLÁUSULA QUARTA - O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2010, na classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: 10.122.0150.2272.0001

NATUREZA DE DESPESA: 3390.37 - NOTA DE EMPENHO: 2010NE900376,

EMITIDA EM: 25 de março de 2010

VALOR: R\$ 727.499,97 (setecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos)

As despesas para os exercícios subseqüentes serão alocadas à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente à CONTRATADA, até o 10º (décimo) dia útil, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesse período a fase de ateste da mesma – a qual conterá o endereço, o CNPJ, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da CONTRATADA, a descrição clara do objeto do contrato - em moeda corrente nacional, por intermédio de Ordem Bancária e de acordo com as condições constantes na proposta da CONTRATADA e aceitas pela CONTRATANTE.

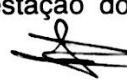

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente à prestação dos serviços, a Nota Fiscal/Fatura, a fim de que sejam adotadas as medidas afetas ao pagamento.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário da Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasuras, a FUNASA, CNPJ nº 26.989.350/0001-16.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A efetivação do pagamento ficará condicionada à comprovação, por parte da contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada, com a apresentação dos seguintes documentos: comprovante do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social), correspondente ao mês da última nota fiscal e compatível com os empregados vinculados à execução contratual.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

SUBCLÁUSULA QUINTA - A Nota Fiscal correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE, o qual somente atestará a prestação do serviço.

 
5

220

contratado e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas, sendo que a efetivação do pagamento ficará condicionada à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições habilitatórias exigidas no Edital.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - No caso de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data referida na cláusula oitava até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

SUBCLÁUSULA OITAVA - Se o ato que originou o atraso, decorrer da conduta de algum servidor, o mesmo será responsabilizado administrativamente.

SUBCLÁUSULA NONA - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive a Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

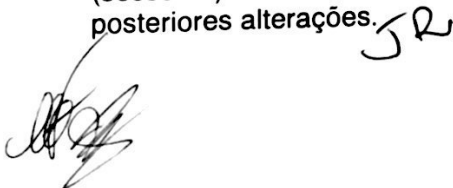
Como garantia de execução deste Contrato, a contratada apresentou garantia no valor de R\$ 48.499,99 (quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), correspondente a 5% do valor total previsto deste Contrato, na modalidade _____, conforme disposto no §1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, a qual ficará sob a responsabilidade da contratante.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A garantia prestada pela contratada somente será liberada depois de certificado, pela FUNASA, que o objeto deste Contrato foi totalmente realizado a contento.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A liberação da garantia será procedida no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo, no interesse da administração, ser prorrogado mediante Termo Aditivo, observado o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.



SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A prorrogação deste contrato, quando vantajosa para a Administração, deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Nos contratos cuja duração, ou previsão de duração, ultrapasse um exercício financeiro, indicar-se-á o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso, bem como de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que, em termos aditivos ou apostilamentos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste Contrato serão exercidos por meio de um representante (denominado Preposto) e um substituto, designados pela CONTRATANTE, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Preposto ou do substituto inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita em relação aos serviços contratados, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do contrato.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - As decisões e providências que ultrapassem a competência do Preposto do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se, na execução deste Contrato, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual pelo qual possa ser responsabilizada a **CONTRATADA**, esta, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93, poderá sofrer as seguintes penalidades ou sanções:

a) advertência por escrito;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota Fiscal quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Contrato, no respectivo Edital e/ou no Termo de Referência, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.

c) pela inobservância dos prazos de execução dos serviços, multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, até o limite do valor total da contratação, nos termos do art. 412 do Código Civil, incidente sobre o valor total da contratação. A aplicação da multa de que trata esta alínea não impede a anulação unilateral da contratação;

JP



d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, inclusive a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura ou de crédito existente na CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

SUBCLÁUSULA QUARTA - Nos casos em que a CONTRATADA, convocada no prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste Contrato ou no respectivo Edital, ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na prestação dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

SUBCLÁUSULA QUINTA - As sanções previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na prestação dos serviços advier de caso fortuito ou de força maior.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - A atuação da CONTRATADA no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, conforme determina o § 2º, do art. 36, da Lei nº 8.666/1993.

SUBCLÁUSULA OITAVA - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A rescisão deste contrato poderá ser:



JR

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

II- amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

III- judicial, nos termos da legislação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

SUBCLÁUSULA QUARTA - A rescisão de que trata o inciso I da subcláusula primeira acarreta as consequências previstas nos incisos I a IV do artigo 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas na referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, 5.450, de 31 de maio de 2005 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993, Instruções Normativas nº 02 e 04/2009 com as alterações inseridas pela IN nº 03/2009.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

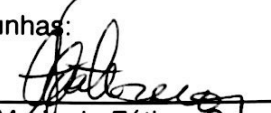
O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal. E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, 27 de abril de 2010.

PELA CONTRATANTE:


VALTEIR LOPES PEREIRA
Diretor do DEADM - Substituto

Testemunhas:



NOME: Maria de Fátima Carneiro da Silva
CPF: 115.997.902-20

NOME:
CPF:

PELA CONTRATADA:


JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA SILVA
Sócio-Gerente